

**UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**“PAPO DE RESPOSTA”:**

**DIÁLOGO, INTERAÇÃO COMUNITÁRIA E PREVENÇÃO PRIMÁRIA À  
VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO-  
ES**

**DEISE RODRIGUES DOS SANTOS OLIVEIRA**

**VILA VELHA/ES**

**MARÇO/2016**

**UNIVERSIDADE VILA VELHA – ES**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**“PAPO DE RESPOSTA”:**

**DIÁLOGO, INTERAÇÃO COMUNITÁRIA E PREVENÇÃO PRIMÁRIA À  
VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO-  
ES**

Dissertação apresentada à  
Universidade de Vila Velha, como pré-  
requisito do Programa de Pós-  
Graduação em Segurança Pública, para  
obtenção do grau de Mestre em  
Segurança Pública.

**DEISE RODRIGUES DOS SANTOS OLIVEIRA**

**VILA VELHA**

**MARÇO/2016**

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

O48p Oliveira, Deise Rodrigues dos Santos.

"Papo de resposta": diálogo, interação comunitária e prevenção primária à violência no âmbito da polícia civil do Espírito Santo-ES. / Deise Rodrigues dos Santos Oliveira. – 2016.

25 f.

Orientador: Saulo de Souza Libardi.

Co-orientador: Pablo Ornelas Rosa.

Dissertação (mestrado em Segurança Pública) - Universidade Vila Velha, 2016.

Inclui bibliografias.

1. Segurança Pública. 2. Projetos Sociais. 3. Cidadania. I. Libardi, Saulo de Souza. II. Rosa, Pablo Ornelas. III. Universidade Vila Velha. IV. Título.

CDD 363.3


**DEISE RODRIGUES DOS SANTOS OLIVEIRA**

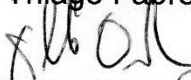
**PAPO RESPOSTA: DIÁLOGO, INTERAÇÃO COMUNITÁRIA E  
PREVENÇÃO PRIMÁRIA À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA  
CIVIL DO ESPÍRITO SANTO-ES**

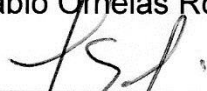
Dissertação apresentada à  
Universidade Vila Velha, como pré-  
requisito do Programa de Pós-  
Graduação em Segurança Pública,  
para obtenção do grau de Mestre  
em Segurança Pública.


Aprovada em 02 de março de 2016.

**Banca Examinadora:**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Thiago Fabres de Carvalho (FDV)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV)

  
\_\_\_\_\_  
Profa. Dra. Luciana Souza Borges (UVV)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Saulo de Souza Libardi (UVV)  
Orientador

## DEDICATÓRIA

**Para todos aqueles que acreditam que o conhecimento é capaz de transformar muitas vidas.**

*“O Senhor firma os passos de um homem,  
quando a conduta deste o agrada, ainda  
que tropece, não cairá, pois o Senhor o  
toma pela mão”*

**Salmos, 37 (23-24)**

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, sobretudo por me abençoar sempre.

À toda minha família, que muito me incentivou e amparou estando sempre ao meu lado nos momentos mais difíceis acompanhando o desenvolvimento desse trabalho.

A coordenação representada pela prof. Dr<sup>a</sup> Luciana de Souza Borges, Ao Prof. Dr. Danilo Roberto Pereira Santiago, aos professores: orientador Prof. Ms. Saulo de Souza Libardi, Co-orientador Dr. Pablo Ornelas Rosa, Professor Dr. Thiago Fabres de Carvalho da FDV (Faculdade de Direito de Vitória), convidado pela Universidade de Vila Velha para fazer parte da Banca, aos professores que ministraram as diversas disciplinas que fizeram parte da formação geral, secretários Sra. Andréa e Sr. Edson, apoio técnico de Sr. Anderson, aos colegas da classe, enfim todos que direta ou indiretamente colaboraram motivaram e inspiraram na construção dos novos conhecimentos.

A todos os amigos e amigas que torceram muito para que essa iniciativa fosse bem sucedida.

Ao Governo do Estado do Espírito Santo

À Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, especialmente a Acadepol e todos os responsáveis pelo Papo de Resposta.

A ESESP, Escola de Serviço Público do Estado do Espírito Santo pelo incentivo ao intermediar a pesquisa.

A Universidade de Vila Velha pela grande oportunidade de realização do curso.

## RESUMO

OLIVEIRA, Deise Rodrigues dos Santos, M.Sc.; Universidade de Vila Velha ES, março de 2016. **“PAPO DE RESPOSTA”:DIÁLOGO, INTERAÇÃO COMUNITÁRIA E PREVENÇÃO PRIMÁRIA À VIOLÊNCIA NO ÂMBITO DA POLÍCIA CIVIL DO ESPÍRITO SANTO-ES.** Orientador: M.Sc. Saulo de Souza Libardi, Co-orientador: Dr. Pablo Ornelas Rosa

Os projetos sociais revelam-se como importantes aliados das Políticas Públicas de Segurança Pública, por conseguinte, este trabalho se constituiu a partir das reflexões acerca da violência e do papel da Polícia Civil do Espírito Santo, sob a ótica da prevenção primária, destacando tal prática como relevante atividade complementar ao trabalho policial, visando à redução dos índices criminais. Nesse sentido, o objetivo do estudo é apresentar o projeto “Papo de Resposta”, adaptado pela Polícia Civil capixaba a partir da experiência realizada no Estado do Rio de Janeiro, como mecanismo de fomento ao diálogo e a interação comunitária, mediante aproximação com determinados segmentos da sociedade, visando assim a construção de uma cultura de paz social. A metodologia utilizada teve como base teórica a pesquisa bibliográfica a partir da análise qualitativa de dados sobre a violência e seu crescimento vertiginoso nas últimas décadas. O foco da pesquisa ficou limitado à exposição da iniciativa. Sugere-se uma formulação de instrumentos de medição, visando à construção de indicadores específicos que possam avaliar, de forma mais esclarecedora, todos os benefícios causados pelo impacto do projeto.

**Palavras-chave: Cidadania. Diálogo. Interação. Projetos Sociais. Segurança Pública.**



## ABSTRACT

OLIVEIRA, Deise Rodrigues dos Santos, M.Sc.; University of Vila Velha ES, march 2016. **“TALKING SERIOUS”**: **DIÁLOGUE, COMMUNITY INTERACTION AND PREVENTION PRIMARY VIOLENCE UNDER THE CIVIL POLICE OF THE ESPÍRITO SANTO-ES**. Advisor: M.Sc. Saulo de Souza Libardi, Co-supervisor: Dr. Pablo Ornelas Rosa

Social projects have shown itself as important allies of Public Safety Policies. Therefore, the idea behind of this work have raised from thoughts on violence and from questioning ourselves about the role of the Civil Police in Espírito Santo state, Moreover, this work was developed under the primary prevention perspective, highlighting this kind of practice as a relevant activity and complementary to the police work with the aim of reducing crime rates in this state. In that sense, the goal of this study is to present the project “Talking Serious” - *Papo de Resposta*, in the original text -, adapted by the Capixaba Civil Police from the experience acquired in the State of Rio de Janeiro as the funding mechanism for dialogue and community interaction. This was made through the proximity with specific society segments, which the objective was to build the culture of the social peace. The methodology used in this project was based on the theoretical literature from the qualitative analysis of data about the violence and its rapid growth in recent decades. The research focus is limited to the exposure of the initiative. We suggest that there is a formulation of measuring instruments, with the goal of building specific indicators which are able to evaluate, more enlightening way, all the benefits caused by the impact of this project.

**Keywords: Citizenship. Dialogue. Interaction. Social Projects. Public Safety.**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>2 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA NO ESPIRITO SANTO.....</b>	<b>11</b>
<b>3 JUVENTUDE E VIOLÊNCIA.....</b>	<b>15</b>
<b>3.1 Juventude Vulnerável .....</b>	<b>17</b>
<b>4 PROJETOS SOCIAIS E O PAPO DE RESPOSTA NO ESPÍRITO SANTO.....</b>	<b>18</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>6 REFERENCIAS.....</b>	<b>22</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A violência contra jovens, principalmente negros, intensificou-se nos últimos anos no Brasil. Como também afirma (WAISELFISZ, 2013), os homicídios são a principal causa de mortes de jovens entre 15 e 24 anos no país, sendo 71,44% das vítimas negros (pretos e pardos), do sexo masculino. Nesse sentido, entender a violência como fenômeno multifacetado e complexo que envolve muitos atores é necessário para um diagnóstico e também para elaboração das propostas eficazes com ações que venham a coibir seu crescimento. (LIRA, 2009).

De acordo com (ROSA, 2009) a maior parte dos jovens que cumprem medidas sócio-educativas é proveniente de comunidades periféricas pobres e favelas. Muitos destes jovens estão excluídos do processo de produção, do acesso ao consumo, à saúde, à educação, à moradia, dentre outros, juventude estigmatizada devido as suas condições sociais, ainda com (ROSA, 2009) ao analisar para melhor compreender a tríade “juventude, violência e drogas” há de se ter o cuidado e evitar uma abordagem vinculativa de visão limitante que não expresse as particularidades e especificidades de cada uma dessas condições, ou seja uma associação pouco crítica e muitas vezes de caráter universalista que termine simplesmente por criminalizar os jovens por suas condições sócio-econômicas.

Nesse contexto, uma pergunta se impõe: Em relação ao trabalho realizado pela Polícia Civil, estabelecido constitucionalmente e resumidamente em polícia judiciária e apuração de infrações penais, como complementar estrategicamente às Políticas Públicas de Segurança Pública tendo como o foco a prevenção primária à violência e mudar esse histórico modelo de atuação meramente repressivo?

Uma das possíveis alternativas, analisadas neste estudo, se refere aos projetos sociais de cunho preventivo, ou mesmo reintegrador, como mecanismos essenciais para o êxito de políticas públicas de enfrentamento a violência.

O artigo objetiva apresentar o projeto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, suas especificidades como mecanismo de prevenção primária à violência, de

fomento ao diálogo e a interação comunitária, mediante aproximação com determinados segmentos da sociedade, visando assim a construção de uma cultura de paz social.

O trabalho foi desenvolvido tendo como base teórica a pesquisa bibliográfica, sites da Internet e revistas. Por conseguinte foram analisados dados estatísticos sobre a violência no país e seu crescimento vertiginoso nas últimas décadas, desaguando assim na necessidade de busca de novos modelos para seu controle.

Dessa forma foi apresentado o projeto “Papo de Resposta”, como uma das possíveis alternativas para a prevenção a violência entre jovens em situação de vulnerabilidade social como também para o desenvolvimento de uma nova percepção das comunidades em relação à polícia, e, também, de uma nova concepção de polícia em relação às comunidades, por meio de ações baseadas em padrões éticos e de valorização dos direitos humanos.

## **2- BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO ACERCA DA VIOLÊNCIA NO ESPIRITO SANTO**

Incrustado na região mais rica do país, o Espírito Santo experimentou um processo de desenvolvimento econômico e social mais tardio do que os Estados vizinhos. Constituído como uma espécie de barreira verde para os que desejavam acessar as riquezas escondidas sob o solo das Minas Gerais, o Estado acabou recebendo tratamento subsidiário na questão do desenvolvimento econômico e social, com reflexos que perduraram até o século XX, quando as iniciativas mais contundentes para alavancar a economia local foram levadas a efeito.

Dependente de uma economia eminentemente agrária, que se baseava na produção familiar, o Espírito Santo teve o café como produto responsável pela interiorização da produção de riqueza, levando para o interior o símbolo maior de um modelo agroexportador que começaria a falir a partir da década de 1960. Com a derrocada dos preços do café, surge então um novo modelo, o industrial-exportador,

agora com a criação de um parque industrial voltado para o comércio exterior. (SIQUEIRA, 2010).

Os chamados “grandes projetos” de industrialização, mais especificamente na Região Metropolitana da Grande Vitória localizada no Estado do Espírito Santo, não se preocuparam em prever as consequências danosas de uma mudança tão radical no tradicional modo de vida do capixaba. Do agrário, familiar, tradicional, para o urbano, desenvolvimentista e excludente, permitiu-se assim que a rápida metropolização provocasse um amplo desarranjo social, sendo esse um dos fatores que ajudam a explicar o significativo aumento da criminalidade nessa região nas últimas décadas. (SIQUEIRA, 2010)

A rápida migração que sucedeu a derrocada do café, com o abrupto afluxo de trabalhadores para a Região Metropolitana da Grande Vitória e seus entornos, atraídos pelos supostos atrativos do trabalho nas fábricas e empresas que se instalavam, promoveu um duplo fenômeno. Primeiro, o enchimento das cidades, que não detinham equipamentos sociais suficientes para o atendimento a todos. Como consequência direta disso a precarização do atendimento educacional, de saúde, e também na segurança pública, já que daí decorre também um conseqüente processo de favelização e exclusão social, com a formação de espaços sem recursos suficientes para o bem estar social, onde a violência encontrou terreno fértil para a sua disseminação.

Segundo, o empobrecimento urbano, tanto do interior quanto na região municipal da Grande Vitória. Os grandes empreendimentos industriais acabaram não aproveitando a massa de trabalhadores oriundos do interior, tanto do Espírito Santo quanto de estados vizinhos, esperançosos pela nova oportunidade de emprego que prometia ressignificar a vida que essas pessoas tinham no campo. Construídas as fábricas, apenas os trabalhadores que detinham os conhecimentos técnicos necessários permaneceram vinculados, sendo a enorme gama de pessoas que haviam sido desterritorializadas simplesmente jogadas nos entornos periféricos formados a partir desse complexo processo de industrialização e exclusão social. (SIQUEIRA, 2010).

Os anos 80 chegaram juntamente com uma fase recessiva na economia mundial. No Brasil, os reflexos da irresponsabilidade desenvolvimentista da década anterior se apresentavam como outro fator de expansão da fronteira da desigualdade social e da violência. Mergulhado em uma crise inflacionária e na vinculação ao pagamento de enormes quantias ao chamado Fundo Monetário Internacional, o país acompanhou a abertura democrática, com a promulgação de uma nova Constituição, que estabelecia a dignidade da pessoa humana, a igualdade e a liberdade como premissas básicas do Estado Democrático de Direito. (LIBARDI, 2012)

O tráfico de drogas reconfigurou o padrão tanto do crime quanto do criminoso brasileiro. O bandido romântico, que portava um revólver e praticava pequenos crimes, muito bem retratado no filme “Cidade de Deus”, se transformaria no traficante de drogas, o “dono” dos morros e das comunidades favelizadas pela exclusão social, agora portando armas de grosso calibre, recrutando os filhos dos migrantes não aproveitados pelo novo mercado de trabalho. (LIBARDI, 2012).

Essa realidade é clara no Espírito Santo, que viu a década de 1980 como o representativo da fixação do modelo exportador de *commodities*, que utiliza as periferias do capitalismo como uma espécie de parteira dos problemas decorrentes do crescimento não sustentável, cujas características são facilmente identificadas no modelo excludente construído no Espírito Santo, que apresenta graves desrespeitos ao meio ambiente, trabalho sazonal, pouca inclusão social, e ainda incentiva à relativização e a flexibilização dos direitos trabalhistas.

Emparedados entre o empobrecimento do interior e a favelização da região municipal da Grande Vitória, esses migrantes acabaram sendo atraídos pelas chamadas invasões de terras, as quais acabaram gerando a criação de bairros sem as mínimas condições de salubridade e permanência, onde ação policial acabou acompanhando a desorganização e a descontinuidade das políticas públicas. Exemplo claro, para citar apenas um entre vários, é a região da Grande Terra Vermelha, cujo processo de habitação foi baseado nas invasões de terras e na formação de enormes bolsões de pobreza que desaguaram, em última análise, em um dos maiores enclaves criminosos no Estado. (PORTELA, 2011).

Com uma economia voltada para o mercado exterior, que produz riquezas, embora as distribua precariamente, além de um sistema policial que reflete de acordo com (SINHORETTO, 2011 apud LIMA, SINHORETTO, BUENO, 2015) o senso comum da existência de uma justiça para pobres e outra para ricos; as últimas três décadas representaram para o Espírito Santo uma enorme transformação social, política e econômica. De um lado, o desenvolvimento econômico, a produção de riqueza, e uma economia pujante se comparada aos demais estados da federação. Do outro, a favelização, a precarização social, a expansão da fronteira do tráfico de drogas, e a ausência de mecanismos estatais suficientes para lidar com esse novo contexto.

Nesse sentido, muito embora possa ser um equívoco primário relacionar, de forma taxativa, o fenômeno da pobreza e da exclusão com a expansão da fronteira da criminalidade no Espírito Santo, torna-se indubitável um olhar não exclusivamente policial ou tão somente criminológico sobre essa questão. Nesse ângulo, a precariedade social, aliada a ação estatal, ora desinteressada, ora errada ou despreparada, também pode ser vista como importante preponderante para a produção da marginalidade em série e o esperado aumento da violência.

Em apertada análise, nos parece que tanto o modelo quanto o modo de atuação do sistema policial capixaba que, diga-se de passagem, replica o modal nacional, historicamente não conseguiu dialogar com essa nova sistemática produzida pela internacionalização do capital, a globalização e a relativização das relações sociais e de trabalho.

Esse “novo pobre” produzido por essa complexa engrenagem internacional (MATTOS, 2008), continua a ser objeto de pseudopolíticas públicas que apresentam o Estado apenas em sua face policial, perpetuando assim a desigualdade, a exclusão social e a violência.

### 3. JUVENTUDE E VIOLÊNCIA

Segundo Assis e Constantino (2005), os jovens parecem ser as maiores vítimas do aumento da violência em todo o Brasil. Nos dizeres das referidas autoras (2005, p. 82):

**No atual momento brasileiro a infração juvenil alcança maior destaque em função de se estar vivenciando uma *onda jovem*: no ano 2000 existiam 10,7 milhões de adolescentes do sexo masculino e 10,5 milhões do feminino entre 12 e 18 anos incompletos (12,5% da população brasileira). A desigualdade econômica e social brasileira dificulta o pleno crescimento e desenvolvimento de milhões de adolescentes que se veem aprisionados a comunidades expropriadas, moradias inadequadas, restrições severas ao consumo de bens e serviços, estigmas e preconceitos, falta de qualidade no ensino, relações familiares e interpessoais fragilizadas e violência em todas as esferas de convivência. O adolescente e o jovem, principalmente os rapazes, são também vítimas frequentes da criminalidade urbana. Estão entre os que mais morrem e sofrem com a violência urbana.**

Como se observa, a abordagem tradicional, que preconiza uma espécie de guerra contra o crime, não parece estar surtindo os efeitos desejados. Concepções mais modernas, a exemplo da interação entre os organismos policiais e a comunidade, embora ainda engatinhem no Brasil (MESQUITA, NETO *et al.* 2004), podem se constituir em projetos mais inteligentes e produtivos, fugindo assim do histórico maniqueísmo que insiste em reduzir a complexa questão da violência à mera retórica da polícia *versus* o bandido, nós contra eles, etc...

É dentro dessa perspectiva, de maximização da insegurança, e de busca de novas ferramentas para o controle da violência, que a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo tem buscado novas formas de atuação em meio à sociedade. O projeto “Papo de Resposta”, originalmente criado a partir da parceria da Polícia Civil do Rio de Janeiro, com o grupo Afro Reggae, se propõe a criar um canal de comunicação entre a sociedade e o organismo policial, visando debater temas importantes, como cidadania, drogas e cultura de paz (MACHADO, 2013).

Tal iniciativa certamente implica em uma importante mudança no perfil de atuação policial, antes eminentemente repressivo (LIBARDI, 2012), pela aplicação fria



da lei penal. De forma diametralmente oposta, a iniciativa tenta criar um canal de comunicação com alguns segmentos da sociedade, especialmente os jovens, em um debate que antecede o tráfico ilícito de drogas, uso de armas de fogo, *bullying*, entre outros temas transversais em relação ao fenômeno da violência (FERREIRA, 2014).

No decorrer desta década foram surgindo algumas propostas na tentativa de resolver os graves problemas da Segurança Pública, entretanto eles são tão complexos e difusos, que não existe uma receita pronta para resolvê-los. O contexto de pobreza e miséria humana onde existem grandes desigualdades econômicas, exclusão social, pode muitas das vezes, influenciar os jovens que vivem nessa situação de extrema vulnerabilidade social à também se envolverem em situações conflitantes com a Lei.

Na tentativa de minimizar esses problemas os projetos sociais podem ser grandes aliados aos programas que tratam das políticas públicas de segurança do Estado do Espírito Santo. O Estado tem realizado grandes investimentos em infraestrutura policial, com grandes projetos sociais voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e que visam como consequência diminuição da violência.

Os projetos de inclusão social que afastam os jovens da violência desenvolvidos nos estados em parceria com os municípios no âmbito do planejamento das ações de prevenção em Segurança Pública são a grande esperança, podem ser o ponto de partida para colaborar com transformação das áreas consideradas zonas quentes de criminalidade percebidas dessa forma também em virtude do elevado índice de homicídios ocorridos; em locais atraentes para viver com maior oportunidade de trabalho e qualidade de vida para os residentes dessas comunidades.

### 3.1 JUVENTUDE VULNERÁVEL

A real situação da maioria dos jovens sem recursos no país é que são de fato vítimas de alguma forma de exploração e, em alguns casos, vítimas de violência doméstica, violência urbana, bem como outras formas não tão visíveis de violência, como a psicológica. Segundo relatório do IPEA (2013), o jovem negro corre 3,7 vezes mais risco de assassinato do que o jovem branco. O jovem se torna vulnerável também por não conseguir exercer seus direitos de cidadania e por não ter as mesmas oportunidades de formação acadêmica e profissional oferecida a outros jovens providos de recursos.

De acordo com (ROSA, 2013), alguns programas sociais oferecem qualificação para os jovens que estão cumprindo medidas socioeducativas diferente da desejada por eles, não são consultados sobre o que gostariam de estudar, são submetidos muitas das vezes a qualificação profissional que não desejam, uma capacitação de massa que não leva em consideração as especificidades da condição juvenil. Como são muitos os jovens nessa condição, torna-se de extrema importância a ampliação das redes de proteção social, devendo os projetos adaptar-se aos jovens, e não o contrário, os jovens obrigados a se adaptarem aos projetos.

Traduzindo em números a questão da vulnerabilidade juvenil no Brasil, percebemos que esse impacto é sentido sobremaneira no que diz respeito ao crescimento dos homicídios no país, em especial na população de 15 a 24 anos (SOUZA, Lima, 2006; MELLO-Jorge, 1998; MINAYO, 1990).

Conforme dados do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS), os homicídios aparecem como a primeira causa de morte entre os jovens brasileiros desde a década de 1990, ou seja, os assassinatos não só ocupam a primeira posição dentre as causas externas, mas ultrapassam todos os outros grupos de causas.

Pode se observar que em (SOUZA, LIMA, 2006), tendo como base o ano de 2003, mostram que os coeficientes de mortalidade por homicídios (100 mil por habitante) chegam a 42,5 entre os adolescentes de 15 a 19 anos e a 70,0 na faixa de

20 a 24 anos, números bastante superiores à média nacional para a população total no mesmo período, da ordem de 28,9/100 mil hab. (MINAYO, SOUZA, 2007).

Em que pese o fato de que os jovens possam estar vulneráveis a diferentes formas de violência, além dos homicídios que lideram o *ranking* de violência contra esse grupo social, a segregação também pode ser considerada como muito bem leciona CORDEIRO (2008):

**Em síntese, falar em juventude como categoria analítica pressupõe romper com uma aparente homogeneização, implicando considerar, como diversidade, seus pertencimentos sociais, seus campos de interação e ocupação do espaço urbano. Pretendemos escapular de uma visão mítica da juventude, totalizante e estática que pouco ajuda a compreender sua condição, num tempo presente, marcada por desigualdades, não apenas de classe, segundo a análise de DUBET (2001), ao se referir a uma produção cada vez mais acentuada das "desigualdades multiplicadas", mais sutil e excludente. Aqui, cabe indagar, ao mesmo tempo em que se "multiplica" essa desigualdade, não estaria subtraindo um campo de pertencimento do outro, nesse caso, dos jovens pobres? Os exemplos do referido autor ganham visibilidade para as nossas análises, ao mencionar um tipo de equações perversas pela produção de segregação, ao estudar os jovens, filhos de imigrantes na França, que, de forma paradoxal, são assimilados pela sociedade francesa, mas não integrados. (CORDEIRO, 2008).**

Diante do exposto, com esse contexto tão desfavorável, o jovem deve ser pensado nas políticas públicas como um grupo prioritário, sendo a prevenção a principal e mais eficaz metodologia a ser usada nos programas e projetos sociais de integração do jovem a sociedade.

#### **4. PROJETOS SOCIAIS E O PAPO DE RESPOSTA NO ESPÍRITO SANTO**

No âmbito estadual, duas são as instituições policiais com atribuições específicas, conforme determina o artigo 144<sup>1</sup> da Carta Constitucional de 1988. De

---

<sup>1</sup> **Art. 144.** A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: **§ 4º** Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a

acordo com o mesmo artigo, no caso das polícias civis, historicamente as atribuições tem se resumido as atividades de polícia judiciária e infrações penais, com a realização das investigações por meio do inquérito policial.

Fruto das novas exigências sociais (TEIXEIRA, 1997) que demanda cada vez mais a participação cidadã, ou mesmo da constatação de que as ações meramente repressivas em relação ao crime não tem conseguido surtir os efeitos desejados, o debate acerca da criação de projetos que permitam uma atuação policial primária, ou seja, preventiva em relação ao fenômeno da violência, ainda se apresenta pouco discutida no âmbito da corporação policial civil capixaba.

O chamado “papo de resposta”, no âmbito da polícia civil brasileira, surgiu no Rio de Janeiro, em meados de 2009, em parceria com o grupo musical *AfroReggae*. Em síntese, o programa consistia na interação direta entre o policial civil e grupos de jovens residentes em comunidades conflagradas pelo tráfico de drogas, mas com uma linguagem e uma abordagem própria ao entendimento específico com esses grupos sociais. No Rio de Janeiro, o programa chegou até mesmo a se transformar em um programa de televisão, dentro dessa perspectiva de ausculta da “voz dos moradores em seu diálogo com um policial – policial este honesto, solidário, tolerante, socialmente responsável, “bom de papo” (um dos jargões do Papo de Resposta), pacificado e pacificador” (MACHADO, 2013, p. 30).

No Espírito Santo, a Polícia Civil buscou replicar a iniciativa carioca, no sentido de promover a inserção de policiais em projetos sociais junto às comunidades carentes.

Segundo informações constantes no site da Polícia Civil capixaba<sup>2</sup>, a Polícia Civil do Espírito Santo, por meio de policiais da Academia de Polícia -

---

competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. § 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

<sup>2</sup> Disponível em: 13/12/2013. <http://www.pc.es.gov.br/component/k2/3737-policiais-civis-do-programa-papo-de-resposta-es-participam-de-capacitacao-com-inspetor-carioca-beto-chaves>. Acesso em 07/12/2015.

ACADEPOL/ES conheceu o programa e, em parceria com a polícia carioca, trouxe o projeto para o Estado.

O projeto funciona em três etapas e as temáticas são repassadas pelo órgão que convidou o Papo de Responsa, como escolas, igrejas e associações, dependendo da demanda da comunidade.

No primeiro ciclo, denominado “um Papo é um Papo”, a equipe introduz o tema e inicia o processo de aproximação com os alunos. Já na segunda etapa, os alunos são os protagonistas e produzem materiais, como músicas, poesias, vídeos e colagens de fotos, mostrando a percepção deles sobre a problemática abordada. No último processo, o “Papo no Chão”, os alunos e os policiais civis formam uma roda de conversa no chão e trocam ideias relacionadas a frases, questões e músicas direcionadas sempre no tema proposto pela instituição.

Ainda de acordo com as informações constantes no site da Polícia Civil do Espírito Santo<sup>3</sup>, no período de agosto a dezembro de 2013, um total de cinco escolas foram atendidas e, aproximadamente, 700 jovens com idade entre 12 e 17 participaram do programa. O papo de responsa esteve em quatro escolas de Vila Velha e uma do município de Serra.

---

<sup>3</sup> Disponível em: 13/12/2013. <http://www.pc.es.gov.br/component/k2/3737-policiais-civis-do-programa-papo-de-responsa-es-participam-de-capacitacao-com-inspetor-carioca-beto-chaves>. Acesso em 07/12/2015

## 5- CONCLUSÃO

Entender o crime e a violência não apenas como um fenômeno meramente policial, mas sim multifacetado, de múltiplas causas, ainda se apresenta como um importante desafio da sociedade brasileira. Essa violência, que atinge especialmente os jovens, possui importantes variáveis sociais, culturais, políticas e até mesmo econômicas, não devendo, por isso, ser tratada apenas no âmbito policial, ou penal.

O aumento dos efetivos policiais, dos equipamentos e outras tecnologias aplicáveis a “guerra contra o crime” não se apresenta como medida suficiente para a diminuição da sensação de insegurança proveniente desses conflitos. Nesse panorama, projetos que busquem se anteceder ao fenômeno criminoso, diminuindo assim a repressão policial e criminal, são extremamente benéficos.

Infelizmente, a chamada prevenção primária, que foca a atuação nas causas e não apenas nas consequências do crime e da violência, ainda é uma novidade no âmbito da polícia civil brasileira. Na contra mão disso, surge o projeto “papo de resposta”, primeiro no Rio de Janeiro, depois também aplicado no Espírito Santo. Em síntese, a metodologia preconiza uma mudança na frequência de atuação policial, que passa do meramente repressivo, para a prevenção por meio do diálogo com grupos de jovens em situação de maior vulnerabilidade social.

Nesse horizonte o projeto social desenvolvido nas comunidades tem como objetivo semear a cultura pela paz, ajudar os alunos a perceber a importância da disciplina, da socialização, da fraternidade, solidariedade com os colegas durante as inúmeras interações que ocorrem durante as atividades. Trata-se de um projeto relevante socialmente, que procura mudar a visão da comunidade em relação aos policiais, isso em razão da metodologia de maior proximidade com a população.

Todavia, importante que como o projeto e suas ações ainda estão em fase inicial de implantação, o foco da pesquisa permaneceu no campo exploratório, portanto limitado ao conhecimento da iniciativa, sem a análise dos seus resultados.

Verificando os dados qualitativos, tendo como foco à prevenção a violência, é um projeto inovador que pode ser otimizado através de novas parcerias com os municípios ainda não participantes, com outras entidades com expertise em jovens, como ação social, como a rede de proteção social, saúde e educação, visto que algumas áreas que apresentam elevados índices de violência ainda estão isoladas, não receberam nenhum tipo de projeto social específico para jovens e apresentam demandas razoáveis.

Há uma necessidade de formulação de instrumentos de medição, visando à construção de indicadores específicos que possam avaliar, de forma mais esclarecedora, todos os benefícios causados pelo impacto do projeto, levando em conta que outras formas de intervenção podem ter ocorrido no mesmo intervalo de tempo. Nesse mesmo caminho, torna-se essencial um programa contínuo de capacitação destinado aos policiais, de modo que os conhecimentos possam ser disseminados levando-se em consideração o nível cognitivo de cada jovem participante do programa.

Os projetos sociais precisam ser planejados levando em consideração as necessidades, problemas e carências específicas das regiões, devem ser estabelecidos metas de curto e longo prazo para adequação das demandas aos recursos financeiros, humanos e materiais, podem também ser implementadas novas formas de captação de recursos para intensificar as ações do programa.

## 6- REFERÊNCIAS

ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patrícia. **Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina**. Ciência & saúde coletiva, v. 10, n. 1, p. 81-90, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília – DF. Senado. 1988.

CORDEIRO, Denise; COSTA, Eduardo Antônio de Pontes **"Meninas": vidas em devir nos circuitos de vulnerabilidade social**. Fractal: Revista de Psicologia, vol.20, nº 1, Rio de Janeiro, Janeiro-Junho 2008. On line Version. ISSN 1984-0292. Em <<http://> acesso em 06.04.2014.

FERREIRA, Plauto Roberto de Lima. **"POLÍCIA, JUVENTUDE E DROGADIÇÃO: O uso da cultura hip hop como estratégia de diminuição da violência**. Disponível em: <http://www.comunidadessegura.org/files/A3o.pdf>. Acesso em 13/11/2014.

IPEA- Banco de dados do IPEADATA. [http:// www.ipea.gov.br/](http://www.ipea.gov.br/) Acesso em <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-10-17/ipea-jovem-negro-corre-37-vezes-mais-risco-de-assassinato-do-que-branco>. Acesso em 17/10/2013

LIBARDI, Saulo de Souza. **Polícia Interativa, o futuro de uma ilusão**.160 folhas, 2012. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, UVV, Vila Velha, 2012.

LIMA, Renato Sérgio de; SINHORETTO, Jacqueline; BUENO, Samira. **A gestão da vida e da segurança pública no Brasil**. Sociedade e Estado, v. 30, n. 1, p. 123-144, 2015.

LIRA, Pablo Silva. **Instâncias Urbanas e Violência: Uma análise dialética**, 174 folhas, 2009, dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, UFES, Vitória, 2009.



MACHADO, Carly. **É muita mistura: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro.** Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 33(2): 13-36, 2013.

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Desigualdade sócio-espacial e violência urbana: a Região Metropolitana da Grande Vitória.** Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica – PUC. 2008.

MESQUITA NETO, P, Assis SG, Chasin ACM, Daher M & Ricardo CM. 2004. **Relatório sobre a prevenção do crime e da violência e a promoção da segurança pública no Brasil.** Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP)- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan), Rio de Janeiro. Relatório preparado para o Projeto Arquitetura Institucional do Sistema Único de Segurança Pública.

MINAYO, M.C.S (Coord). Bibliografia comentada da produção científica brasileira sobre violência e saúde. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública. 1990.

PORTELA, Bruno Cardoso. **Território de Paz: a reestruturação do policiamento interativo e a redução de crimes de homicídio na Região da Grande Terra Vermelha como política pública de segurança.** REVISTA PRELEÇÃO – Publicação Institucional da Polícia Militar do Espírito Santo– Assuntos de Segurança Pública. Ano V, n.9, abr. 2011. Vitória: PMES/ DEIP, 2011.

ROSA, Pablo Ornellas. **Juventude Criminalizada**, 2ª ed. Florianópolis, Insular, 2013.

ROSA, Pablo Ornellas. **Juventude das Prisões Mascaradas: A Sociabilidade dos Jovens em Conflito com a Lei.** XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, RJ. 2009.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró; **Industrialização e Empobrecimento Urbano: O caso da Grande Vitória- 1950-1980-** Grafitusa, Vitória, 2010, 2 ed. 164 p.

SOUZA, E. R.; LIMA, M. L. Panorama da violência urbana no Brasil e suas capitais. **Ciência & Saúde Coletiva**, 11(supl. 1): 1.211-1.222, 2006.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. de S. **Morbimortalidade de jovens de 15 a 29 anos por violências e acidentes no Brasil**: situação atual. Tendências e perspectivas. Brasília: Opas/Claves, 2007 (no prelo).

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As Dimensões da Participação Cidadã**. In.: Cardeno CRH. Salvador: Centro de Recursos Humanos/ UFBA, 1997. n. 26/27, p. 179-209.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. **Mapa da Violência 2012. A cor dos homicídios no Brasil**. 1ª ed. São Paulo, 2012.

\_\_\_\_\_ **Mapa da Violência 2013: Homicídios e Juventude no Brasil**. 1ª ed. São Paulo. 2013

\_\_\_\_\_ **Mortes matadas por armas de fogo no Brasil – 1979/2003**. UNESDOC. UNESCO ARCHIVES DOCUMENT. CATÁLOG NUMBER 139949-HBR. BRASÍLIA. UNESCO. 2005